

DESAFIOS NA INVESTIGAÇÃO SOBRE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁFRICA AUSTRAL EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE CAMPO EM ANGOLA, NA ÁFRICA DO SUL E NO BOTSWANA

Vasco Alberto Quitela Suamo

INTRODUÇÃO

De um modo geral, África é frequentemente descrita como um continente marcado por crises persistentes e de variadas dimensões. O continente africano ainda enfrenta efeitos seculares decorrentes da longa história de domínio colonial. Os desafios enfrentados pelos Estados africanos após as independências estão relacionados com as lutas pelo controlo dos espaços sociopolíticos e económicos (Adedeji, 2023).

A análise pós-colonial do continente africano aponta para uma conjuntura de insegurança permanente, que dificulta a implementação de uma paz duradoura e definitiva em alguns Estados e limita o desenvolvimento dos povos (Augusto, 2018). Tal realidade contrasta com expectativas dos afro-otimistas nos primeiros anos após as independências, sendo explicada por vários fatores endógenos e exógenos ao continente (Francis, 2008).

O surgimento e a persistência dos conflitos em África devem-se também ao processo de construção, de falência e de insucesso das estruturas dos Estados, bem como da impossibilidade de estes assegurarem o exercício das suas atribui-

RESUMO

A investigação sobre conflitos armados no continente africano constitui um exercício complexo, marcado por constrangimentos metodológicos, éticos e políticos que desafiam os académicos. Partindo das experiências adquiridas durante o trabalho de campo em três países da África Austral, este artigo descreve e analisa criticamente os desafios enfrentados na recolha de dados, com particular destaque para as entrevistas realizadas com atores nacionais e regionais envolvidos no processo de resolução do conflito na República Democrática do Congo e do papel desempenhado por Angola na pacificação deste país. A reflexão incide sobre as estratégias e ferramentas qualitativas mobilizadas para lidar e superar os desafios do trabalho de campo em contextos marcados pelo legado do conflito armado.

Palavras-chave: resolução de conflitos, África Austral, intermediário, trabalho de campo.



ABSTRACT

CHALLENGES IN RESEARCH ON CONFLICT RESOLUTION IN SOUTHERN AFRICA EXPERIENCES FROM FIELDWORK IN ANGOLA, SOUTH AFRICA AND BOTSWANA

Researching conflicts on the African continent is a complex undertaking, characterised by methodological, ethical and political constraints that present challenges to scholars. Drawing on experiences gained during fieldwork in three southern African countries, this article critically describes and analyses the challenges encountered in data collection, particularly in interviews with national and regional actors involved in conflict resolution in the Democratic Republic of Congo, and Angola's role in pacifying this country. The discussion focuses on qualitative strategies and tools used to address and overcome the challenges of conducting.

Keywords: conflict resolution, Southern Africa, intermediary, fieldwork.

ções fundamentais, que consistem em proporcionar o bem-estar, o desenvolvimento e a segurança às suas populações (Bernardino, 2008). A África Austral é frequentemente caracterizada como uma região historicamente marcada por guerras civis de dimensão regional e pela interferência de atores externos. Não obstante, a percepção de insegurança gerada por esses conflitos armados estimulou os Estados a desenvolver mecanismos de cooperação e integração em matéria de segurança. Foi nesse contexto que surgiu, em 1980, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa) que, desde então, se afirma como o principal órgão multilateral responsável pelas dinâmicas de segurança e pelo desenvolvimento regional.

Historicamente, a guerra civil em Angola (1975-2002), a luta pela independência da Namíbia (1988-1989), o sistema de *apartheid* na África do Sul (1946-1994), as crises políticas em Madagascar (2009-2014) e o conflito no Reino do Lesoto (1998-2017), figuram entre as principais ameaças à paz e à segurança da região austral desde meados da década de 1970 (Júnior, 2017). Em particular, a guerra em Angola e o regime de *apartheid* na África do Sul contribuíram para o redesenho das dinâmicas de segurança regional.

É neste âmbito que procurei realizar uma investigação de doutoramento, com o propósito de analisar o papel de Angola na resolução de conflitos no continente africano, focando-me especificamente na República Democrática do Congo (RDC) entre 2017 e 2025. O estudo procura analisar a formulação e a implementação das iniciativas angolanas no processo de pacificação daquele país, tanto no âmbito da SADC quanto da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), tomando como referência o «Roteiro de Luanda para a Paz no Leste da República Democrática do Congo» («Roteiro de Luanda»), visando identificar e compreender os fatores que comprometeram a sua operacionalização. Ademais, a investigação pretende aprofundar a análise dos interesses nacionais que orientam a postura adotada por Angola face ao conflito congolês, seguindo uma metodologia de tipo qualitativo, baseada numa estratégia de investigação descritiva, com a utilização de entrevistas semiestruturadas e a análise documental como principais técnicas de recolha de dados.

Em termos abrangentes, a investigação científica sobre a conflitualidade no continente africano revela-se uma tarefa particularmente desafiante para os académicos, fruto das múltiplas dificuldades enfrentadas no terreno, desde limitações de natureza estrutural até aos obstáculos no acesso a informações relevantes e fidedignas.

O presente artigo faz uma descrição da experiência de trabalho de campo em três países africanos e apresenta uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas, mais concretamente, na realização de entrevistas semiestruturadas a atores políticos e militares em Angola, na África do Sul e no Botswana.

O artigo inicia-se com uma breve contextualização do trabalho de campo no contexto do atual conflito no leste da RDC, visto como uma das principais ameaças à segurança na região austral. De forma sucinta, apresentam-se os atores envolvidos e o papel desempenhado por Angola enquanto mediador do conflito, na qualidade de Estado-Membro da CIRGL e da SADC, atuando sob mandato da União Africana. Segue-se uma secção dedicada à preparação do trabalho de campo, em que se relatam as etapas preliminares dessa experiência, nomeadamente, os contactos com intermediários em Angola, a aproximação às universidades, a procura de alojamento e, finalmente, o processo de obtenção do visto para a África do Sul. Posteriormente, descrevem-se as atividades realizadas tanto em Angola como na África do Sul e no Botswana, dando conta das dificuldades encontradas, nomeadamente, na realização de entrevistas e no acesso à documentação oficial, assim como se apresenta uma breve reflexão sobre a participação da mulher angolana em assuntos de natureza política. O artigo encerra com uma reflexão num tom mais comparativo, na qual se ponderam os obstáculos enfrentados nos três países visitados, sublinhando-se a postura dos atores políticos envolvidos na resolução de conflitos na região da África Austral, em particular na RDC.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO E O DESAFIO SECURITÁRIO DO CONFLITO NA RDC

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho de campo enquadra-se na investigação de doutoramento que procura analisar o papel de Angola no processo de resolução do conflito na RDC entre 2017 e 2025. Durante este período, Angola elaborou e procurou implementar, na qualidade de mediador do conflito demandado pela União Africana, o chamado «Roteiro de Luanda», o qual passou a ser encarado como o principal instrumento para o processo de resolução do conflito congolês (Paulo, 2015).

Conforme sugerem os dados, o conflito da RDC, juntamente com o da região de Cabo Delgado no norte de Moçambique, é considerado um dos principais desafios securitários da região da África Austral (Honwana, 2025). A persistência do conflito armado intraestatal neste país acontece com frequência na zona leste, mais concretamente no Kivu Norte e no Kivu Sul, fruto das ofensivas beligerantes dos grupos armados que operam na região, dentre os quais o Movimento 23 de Março, com o apoio do Ruanda.

O processo de resolução deste conflito tem beneficiado de inúmeras respostas por parte de atores regionais, continentais e internacionais que, embora insuficientes, têm mar-

O PROCESSO DE RESOLUÇÃO DESTE CONFLITO TEM BENEFICIADO DE INÚMERAS RESPOSTAS POR PARTE DE ATORES REGIONAIS, CONTINENTAIS E INTERNACIONAIS QUE, EMBORA INSUFICIENTES, TÊM MARCADO O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO DO PAÍS.

cado o processo de pacificação do país. Entre estes atores, destaca-se Angola que, dentro do guarda-chuva da SADC e da Conferência Internacional sobre a CIRGL, tem atuado para a construção e implementação de uma paz duradoura na RDC (Garcia & Pedro, 2020).

Durante o processo de mediação do conflito na RDC, Angola apresentou e procurou implementar um instrumento que previa ações políticas e militares, designado «Roteiro de Luanda». Nesse contexto, a investigação de doutoramento em curso procura analisar o papel de Angola no processo de pacificação da RDC, contribuindo, assim, para a compreensão da atuação de Estados africanos em conflitos armados regionais no continente.

PREPARAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Ao longo do percurso doutoral, questioneimei-me sobre a necessidade de realizar o trabalho de campo de forma presencial e sobre a duração ideal de permanência no terreno, de modo a garantir a recolha adequada de dados. Em alguns casos, observa-se que os investigadores optam por não realizar deslocações aos espaços geográficos das suas investigações, delegando essa tarefa a assistentes de investigação ou a intermediários. Todavia, tal escolha poderá implicar a perda de controlo direto sobre o processo, o que, possivelmente, comprometerá seriamente a qualidade dos dados e potenciar erros com consequências negativas para a investigação (Utas, 2019).

Ademais, é possível identificar diferentes perfis de investigadores no que respeita ao trabalho de campo. O primeiro grupo integra aqueles que permanecem longos períodos no terreno, adquirindo competências para navegar em redes de intermediários, acabando, assim, por ter acesso a informações de forma mais abrangente. O segundo, por sua vez, limita-se a trabalhos de campo de curta duração, que se estendem apenas a algumas semanas ou a um mês (*Ibidem*). Tendo em conta que a investigação em causa se desenvolveu no âmbito de uma tese de doutoramento, optei por investir num período prolongado, que me permitisse recolher dados de forma aprofundada. Nesse sentido, o trabalho de campo decorreu ao longo de seis meses, entre abril e outubro de 2024. A preparação do trabalho de campo começou em setembro de 2023, com a manutenção de contatos, através de ferramentas digitais como o correio eletrónico, com intermediários em Angola e com universidades na África do Sul e no Botswana. Seguidamente, iniciei a procura de alojamento na África do Sul e tratei da aquisição do bilhete de passagem aérea. Concluída esta etapa, passei ao processo de solicitação do visto sul-africano. E aqui, muito embora exista um acordo de livre circulação de pessoas entre os Estados da SADC, a permanência de cidadãos angolanos na África do Sul sem visto está limitada a noventa dias consecutivos, com a exigência de saída do território a cada trinta dias. No meu caso, como investigador e estudante visitante na Universidade da Cidade do Cabo a situação exigia um visto de estudo, tanto para evitar constrangimentos legais como para cumprir os requisitos da instituição de acolhimento, que impõe essa modalidade de visto aos estudantes internacionais. Por essa razão, requeri o visto

de estudo na Embaixada da África do Sul em Lisboa, tendo em conta que realizo o doutoramento numa universidade portuguesa e resido permanentemente em Portugal. O processo revelou-se simples e pouco burocrático, uma vez que apresentei prova de meios de subsistência, alojamento e uma declaração da universidade. De salientar que o documento facultado pela universidade, a comprovar a minha aceitação como estudante visitante na instituição, foi fundamental para agilizar o processo. No que diz respeito à estada no Botswana, como a permanência não ultrapassaria quinze dias, não houve necessidade de solicitar visto, uma vez que, na qualidade de cidadão angolano, pude beneficiar do acordo de livre circulação existente no âmbito da SADC.

TRABALHO DE CAMPO EM ANGOLA

Uma das ferramentas selecionadas para a recolha de dados em Angola consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com atores políticos e militares envolvidos no processo de resolução do conflito em análise. Este tipo de entrevista permite ao investigador recolher informações primárias diretamente relacionadas com o objeto de estudo (Fujii, 2017). Além disso, o interesse central do investigador reside no entrevistado como um «informante fidedigno», capaz de fornecer dados cruciais que tornam os objetivos pretendidos na investigação exequíveis (Weber, 1986).

DIFICULDADES INICIAIS COM ATORES POLÍTICOS

Em Angola, o intermediário mais próximo, que poderia auxiliar-me no contacto com os atores a entrevistar, mostrou-se indisponível para o efeito, limitando-se apenas a facultar-me os correios eletrónicos dos gabinetes burocráticos dos atores selecionados. Dois meses antes da viagem, enviei pelo menos três mensagens a estes gabinetes, sem obter qualquer resposta. Ao chegar a Angola, a persistência no contacto revelou-se mais eficaz. Uma semana depois, obtive o primeiro retorno positivo de um dos atores, que aceitou conceder-me uma entrevista académica. Já o segundo ator a quem solicitei entrevista informou-me, através da sua equipa burocrática, da sua indisponibilidade para participar. Saliento que, no dia marcado para a entrevista, quando faltavam menos de trinta minutos para a hora agendada, a equipa burocrática deste ator contactou-me para cancelar o encontro, por motivos externos à relação entre investigador e entrevistado.

PAPEL DOS INTERMEDIÁRIOS

Durante o trabalho de campo, a presença de intermediários (*gatekeepers*) é fundamental para garantir o acesso a atores ou locais de recolha de dados. Estes indivíduos facilitam e, inclusive, possibilitam o contacto entre o investigador e as fontes, desempenhando dois papéis essenciais: (1) atuam como vetores de transferência de informação entre as partes e (2) facilitam a comunicação no que toca a perceções, expectativas e ideias de um lado para o outro (Friedman & Podolny, 1999). Geralmente, os intermediários controlam o acesso ao campo de investigação (Altonen & Kivijärvi, 2019) e ocupam uma

UMA PARCERIA COLABORATIVA SÓLIDA COM INTERMEDIÁRIOS E ASSISTENTES DE LOCAIS DE INVESTIGAÇÃO É INDISPENSÁVEL PARA ENFRENTAR E SUPERAR OS DESAFIOS QUE VÃO SURGINDO.

posição indispensável no processo de investigação académica, pois garantem tanto o contacto com os atores e as instituições como o desenvolvimento do conhecimento (Themner, 2022). Destaca-se ainda o seu papel em facilitar o acesso e o fluxo de conhecimento entre

o investigador e o investigado, podendo este conhecimento assumir diferentes formas (Ibidem). Uma parceria colaborativa sólida com intermediários e assistentes de locais de investigação é indispensável para enfrentar e superar os desafios que vão surgindo. De facto, o sucesso de um investiga-

dor no terreno depende, em grande parte, da sua capacidade de estabelecer confiança com esses auxiliares de investigação locais (Jenkins, 2015).

Nas experiências acima relatadas, verificou-se a ausência de um intermediário forte e disponível que atuasse como elo eficaz com os atores políticos. O intermediário envolvido limitou-se a fornecer contactos eletrónicos dos gabinetes dos atores a entrevistar. É relevante considerar que os próprios intermediários enfrentam complexidades políticas semelhantes às do investigador (Utas, 2019). No caso analisado, a parceria estabelecida mostrou-se insuficiente para gerar confiança e colaboração efetiva. Em Ciências Sociais, o papel e a influência dos intermediários têm sido objeto de debates profundos, estando no epicentro dos principais desafios enfrentados pelos investigadores (Goldenberg, 1997). Embora grande parte das orientações éticas enfatize a importância do envolvimento prévio da comunidade, incluindo a identificação e a colaboração com intermediários, as evidências publicadas indicam que muitos pesquisadores consideram esse processo tedioso, demorado e, por vezes, obstrutivo (Singh & Wassenaar, 2016).

Atualmente, cresce o interesse em analisar criticamente a forma como os investigadores atuam e se relacionam como os intermediários de investigação (Themner, 2022). Nesse debate, o foco recai tanto sobre as armadilhas metodológicas e éticas que podem surgir dessas interações quanto sobre os vieses introduzidos pelos intermediários. Além disso, destacam-se questões exploratórias relacionadas com a produção de conhecimento e a exposição dos mediadores a riscos que os próprios investigadores, muitas vezes, não estão dispostos a enfrentar (Ibidem).

Ademais, identifica-se uma lacuna na literatura especializada quanto aos riscos a que os intermediários e os seus interlocutores estão expostos. A literatura tende, sobretudo, a abordar questões éticas relacionadas com os intermediários que recebem remuneração financeira pelo trabalho (Utas, 2019). No trabalho de campo que realizei em Angola, os intermediários não solicitaram qualquer pagamento de valores monetários. No caso do intermediário para os atores políticos, as informações obtidas durante as nossas conversas sugerem que o próprio antecipava riscos, dado que as suas funções o colocavam em proximidade direta com essas entidades.

CONDICIONANTES DO INVESTIGADOR NO ACESSO A FONTES

Muito embora se observe uma lenta e gradual mudança comportamental, persiste ainda em Angola uma certa dependência e preferência pela produção externa, o que demonstra um despreço pelos saberes locais e o estigma dirigido ao especialista nativo (Carimena, 2023). Diversos fatores, ligados à minha condição de investigador angolano, poderiam influenciar a negociação do acesso aos atores a entrevistar, como ser cidadão do país, ter trabalhado anteriormente numa instituição pública angolana no exterior, ser beneficiário de uma bolsa de estudo financiada pelo Estado angolano e, sobretudo, o crescente interesse da diplomacia na projeção do papel do país na pacificação da RDC, evidenciado em todas as comunicações trocadas com os gabinetes dos atores. Apesar das tentativas, vários atores políticos mostraram-se indisponíveis para fornecer informações sobre o processo de resolução do conflito na RDC. Recorri então à Lei de Acesso à Informação e solicitei junto do Ministério das Relações Exteriores o «Roteiro de Luanda». A resposta indicou que o documento estava protegido pela Lei do Segredo de Estado, devido ao seu teor sensível.

De referir que, de 1975 a 2002, Angola foi palco de operações militares de um dos conflitos mais longos de África. Após a vitória militar do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola sobre a União Nacional para a Independência Total de Angola e consequente assinatura do Memorando de Entendimento do Luena em 30 de março de 2002, Angola implementou importantes reformas na esfera doméstica, especialmente na área de segurança e defesa, com destaque para as Forças Armadas Angolanas, hoje centrais na política externa e no posicionamento geoestratégico, nomeadamente no contexto das organizações regionais africanas (Almeida & Bernardino, 2016, p. 45). Assim, entrevistar atores militares envolvidos na formulação e tomada de decisão ao nível da política externa de Angola integrou parte essencial do trabalho de campo.

Para aceder a esse sector restrito, recorri à Universidade Lusíadas de Angola, onde o coordenador do curso de Relações Internacionais intermediou o contacto com uma fonte relevante do quadro militar angolano. Em apenas dois dias a entrevista foi agendada. Por outro lado, em relação a uma segunda fonte militar, o procedimento foi similar. Outro intermediário, funcionário público com bons contactos no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, facilitou nova entrevista em apenas uma semana.

Em conversa com investigadores experientes em trabalho de campo no país, fui aconselhado a estabelecer parcerias com universidades angolanas, inclusive filiando-me a centros de investigação, para obter acesso às fontes primárias. Essa estratégia confirmou-se eficaz, já que o mediador universitário desempenhou um papel central no acesso.

Comparativamente, os contactos com atores militares foram mais frutíferos que com atores políticos.

Considerando a formação do Estado angolano e os mecanismos adotados para a gestão da informação, observou-se uma dinâmica que desafia a lógica tradicional das institui-

ERA ESPERADO QUE ENFRENTASSE GRANDES DIFICULDADES PARA ENTREVISTAR OS QUADROS MILITARES; CONTUDO, SURPREENDENTEMENTE, ENCONTREI MAIORES DESAFIOS NO ACESSO A ATORES POLÍTICOS DO QUE A MILITARES.

ções burocráticas do país. Era esperado que enfrentasse grandes dificuldades para entrevistar os quadros militares; contudo, surpreendentemente, encontrei maiores desafios no acesso a atores políticos do que a militares.

QUESTÕES DE GÉNERO E PARTICIPAÇÃO FEMININA

Apesar de não ser o foco central do estudo, importa destacar que Angola é um dos poucos países em que as mulheres não dependem de legislação específica para participarem integralmente em assuntos de natureza política e na gestão da máquina pública¹. Entre 1960 e 1975, as mulheres angolanas tiveram uma participação efetiva na Luta de Libertação, com destaque para a Organização da Mulher Angolana. Com a independência, as mulheres deram continuidade à ocupação real em sectores importantes do aparelho de Estado angolano (Batsikama, 2016). Nesse sentido, e até por questões de paridade de género, considereei essencial entrevistar uma figura feminina de destaque, envolvida nos primeiros anos da política externa angolana na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. O objetivo era evidenciar a contribuição da mulher angolana nos assuntos de paz e segurança, alinhada à Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (2000), que reconhece a importância da participação igualitária das mulheres nesses processos. Para tal, procurou-se entrevistar um dos principais quadros envolvidos na formulação e tomada de decisão da política externa de Angola nos primeiros anos de adesão do país à Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, tendo desempenhado um papel crucial na definição da política externa solidária com os Estados em conflito na região, incluindo a RDC.

Nas duas últimas décadas, tem-se observado um crescente interesse no envolvimento feminino nos processos de tomada de decisão relacionados com os assuntos de paz e segurança (Pillay, 2006). Nas sociedades tradicionais africanas, a presença das mulheres na construção da paz tem contribuído de forma ampla para evidenciar o seu papel na construção de sociedades mais justas e mais igualitárias, indo além da visão de vítimas de guerra ou de agentes secundários em conflitos (Ibok & Ogar, 2018). Em África, a temática de género em assuntos políticos apresenta uma evolução significativa, com esforços para cumprir as declarações internacionais e promover uma cultura de paz e de igualdade de género (Ibidem).

Um facto relevante é que 2024 trouxe uma reformulação na liderança política da África Austral, com a eleição de Netumbo Nandi-Ndaitwah como Presidente da República da Namíbia. Trata-se da primeira mulher a ocupar a presidência do país e, de forma mais

ampla, na região austral. A ascensão de Nandi-Ndaitwah ilustra o espaço cada vez maior que as mulheres africanas têm conquistado na política.

Quanto ao alto quadro feminino que pretendia entrevistar, apesar das tentativas realizadas, com apoio de um intermediário, não obtive resposta até ao fim da estadia em Angola. Essa ausência de fontes primárias femininas constitui uma lacuna relevante no estudo.

CONSULTA DOCUMENTAL

Além das entrevistas, o trabalho de campo incluiu a consulta de estudos realizados por autores angolanos e o acesso a documentos oficiais, incluindo os resultados das cimeiras sobre o processo de pacificação da RDC realizadas em Angola durante 2017 e 2025, bem como o «Roteiro de Luanda». Identifiquei o Arquivo Nacional como espaço privilegiado, mas enfrentei dificuldades: numa primeira visita, o sistema estava indisponível; na segunda, fui informado de que os documentos estavam apenas no portal online, onde, contudo, não estavam acessíveis².

Ainda nesse âmbito, contei com um jornalista intermediário que tentou aceder a documentos através da assessoria de imprensa da Presidência da República. Solicitou-me uma biografia e a lista de documentos, mas, quatro dias depois, informou que a fonte estava indisponível, recomendando apenas a consulta da página oficial da Presidência no Facebook. Esclareço, no entanto, que os documentos solicitados não tinham relação com a segurança do Estado e deveriam estar disponíveis para consulta pública.

TRABALHO DE CAMPO NA ÁFRICA DO SUL

Considerando a relevância da África do Sul como polo académico no continente e os seus centros de investigação dedicados a temas de segurança e resolução de conflitos na África Austral, este país foi escolhido como local de trabalho de campo, cuja deslocação ocorreu entre junho e setembro de 2024.

Durante este período, uma das tarefas previstas consistia em realizar visitas de cortesia e, se possível, entrevistas com diplomatas. No entanto, ao contrário da experiência angolana, em que o contacto com determinados interlocutores foi viabilizado por intermediários locais, na África do Sul as tentativas de aproximação revelaram-se infrutíferas, apesar dos contatos telefónicos estabelecidos e dos procedimentos seguidos, indicados pelos próprios e/ou pelos seus gabinetes como foram os casos das embaixadas da RDC, do Ruanda e de Moçambique.

Este contraste evidencia como, em Pretória, o acesso aos diplomatas da SADC e da região dos Grandes Lagos se mostrou mais restrito e condicionado pela formalidade administrativa. Uma exceção registou-se na Cidade do Cabo, onde tive oportunidade de realizar um encontro exploratório com o cônsul-geral de Angola, ocasião em que apresentei a minha investigação e trocámos impressões sobre o tema. No que diz respeito às universidades, a experiência sul-africana foi marcadamente distinta da angolana.

Enquanto que em Angola os constrangimentos logísticos e institucionais dificultaram a recolha de documentação e a realização de entrevistas, na Universidade da Cidade do Cabo encontrei um ambiente altamente favorável ao desenvolvimento da investigação. O corpo docente mostrou-se disponível para apoiar a pesquisa bibliográfica sobre os conflitos na África Austral e integrou-me nas atividades académicas do Departamento de Estudos Políticos, onde também apresentei parte do trabalho em curso num miniseminário. Relativamente aos centros de investigação, porém, a situação aproximou-se da vivida em Angola, isto é, os contactos estabelecidos não geraram resultados imediatos. No caso sul-africano, os dois centros abordados informaram estar ocupados com a análise do processo eleitoral ocorrido em junho de 2024, o que inviabilizou um maior envolvimento.

Em síntese, o trabalho de campo na África do Sul revelou dinâmicas contrastantes com o realizado em Angola, nomeadamente, uma maior dificuldade no acesso a diplomatas e representantes institucionais, mostrando, em contrapartida, uma inserção mais sólida e produtiva no meio académico, com destaque para a abertura e o acolhimento da Universidade da Cidade do Cabo.

TRABALHO DE CAMPO NO BOTSWANA

Conforme mencionado anteriormente, a atuação de Angola no processo de pacificação da RDC insere-se na perspetiva da SADC e da CIRGL. Além disso, a investigação de doutoramento contempla igualmente a análise da participação angolana na Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na República Democrática do Congo (SAMIDRC, na sigla em inglês).

O trabalho de campo no Botswana decorreu entre 3 e 13 de novembro e teve como objetivo central realizar uma visita exploratória à sede do Secretariado da SADC, procurando ainda obter uma entrevista com um funcionário do alto escalão da instituição, envolvido no processo de tomada de decisão relativo à resolução do conflito na RDC. Paralelamente, a deslocação a Gaborone possibilitou também uma conversa exploratória com a embaixadora de Angola.

Neste ponto, a experiência revelou-se distinta das realizadas em Angola e na África do Sul. Ao contrário do que sucedeu em Pretória, onde o contacto com diplomatas da região não

AO CONTRÁRIO DO QUE SUCEDEU EM PRETÓRIA, ONDE O CONTACTO COM DIPLOMATAS DA REGIÃO NÃO OBTIVE RETORNO, NO BOTSWANA, GRAÇAS À MEDIAÇÃO DE UM INTERMEDIÁRIO, CONSEGUI SER RECEBIDO PELA EMBAIXADORA ANGOLANA.

obteve retorno, no Botswana, graças à mediação de um intermediário, consegui ser recebido pela embaixadora angolana. A reunião, realizada na missão diplomática de Angola não só permitiu recolher informações relevantes e aceder a documentos públicos de interesse, como também abriu portas para a

aproximação à própria SADC. A diplomata desempenhou aqui um papel crucial, atuando como facilitadora e solicitando, em meu nome, o acesso às instalações da organização.

A visita ao Secretariado da SADC, embora limitada pelas medidas de segurança implementadas após um incidente recente e com permanência máxima de trinta minutos, possibilitou conhecer a biblioteca institucional e visitar o departamento responsável pelos assuntos de paz e segurança. Apesar de não ter sido possível concretizar a entrevista pretendida, obtive acesso a alguns documentos de domínio público relacionados com a SAMIDRC, o que representou um ganho significativo em termos documentais, em contraste com as maiores dificuldades enfrentadas em Angola e na África do Sul no que diz respeito ao acesso a fontes oficiais.

Ainda em Gaborone, realizei uma visita exploratória à Universidade do Botswana, onde mantive uma breve troca de impressões com um professor do curso de Ciência Política e Administração Pública e efetuei consultas bibliográficas na biblioteca da instituição. Este contacto, ainda que pontual, demonstrou-se mais limitado em termos de integração académica quando comparado ao acolhimento proporcionado pela Universidade da Cidade do Cabo, mas mais estruturado do que as tentativas realizadas em Angola.

Em síntese, o trabalho de campo no Botswana destacou-se pelo papel facilitador da diplomacia angolana e pela oportunidade de contacto direto com a SADC, o que contrasta com a ausência de resposta diplomática na África do Sul e com as barreiras institucionais verificadas em Angola. Do ponto de vista académico, a experiência mostrou-se menos envolvente do que na Cidade do Cabo, mas mais produtiva em termos de recolha documental do que nos dois países anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos vários desafios encontrados no trabalho de campo, sobretudo no que diz respeito ao acesso a determinados atores para a realização de entrevistas, a experiência revelou-se altamente enriquecedora, tanto pelas aprendizagens a nível metodológico, quanto pelos resultados concretos alcançados. Como se trata de uma investigação ainda em curso, procuro manter o contacto com equipas burocráticas e outros atores relevantes envolvidos na mediação conduzida por Angola no leste da RDC, de modo a complementar os dados já recolhidos.

As experiências nos três países mostraram que ser nacional de Angola e, de modo mais amplo, da região austral do continente, não constitui garantia de facilidade no trabalho de campo. Pelo contrário, em certos momentos, as dificuldades revelaram-se até maiores do que para investigadores estrangeiros, com acesso a recursos mais robustos e à contratação de intermediários. A condição de nacional, portanto, não elimina a necessidade de parcerias estratégicas, sendo os intermediários figuras centrais para o êxito da pesquisa, tanto no acesso a fontes quanto na obtenção de documentação.

No plano comparativo, em Angola os maiores obstáculos estiveram no contacto com atores políticos e no acesso à documentação oficial, embora tenha havido maior abertura por parte dos militares. Várias razões podem explicar esta «possível mudança» na lógica tradicional de acesso às entidades em Angola, podendo apontar-se, desde já,

o empenho dos intermediários e a eventual familiaridade de alguns destes militares com o meio académico, exercendo uma influência positiva na sua disponibilidade.

Já na África do Sul, as dificuldades concentraram-se no acesso aos diplomatas da SADC e da região dos Grandes Lagos, com reiteradas tentativas sem retorno. Por outro lado, a inserção académica revelou-se muito mais produtiva e o acesso a bibliotecas universitárias possibilitou recolher literatura especializada, compensando em parte a escassez de documentação institucional. Em contraste com Angola, a inserção académica revelou-se extremamente produtiva, sobretudo na Universidade da Cidade do Cabo onde fui acolhido em atividades académicas e tive a oportunidade de apresentar a investigação num miniseminário. No Botswana, por sua vez, a diplomacia angolana desempenhou um papel crucial ao facilitar o acesso ao Secretariado da SADC, ainda que as medidas de segurança tenham limitado o tempo de permanência. Apesar de não ter conseguido entrevistar o alto funcionário desejado, a experiência resultou no acesso a documentos públicos relevantes, além de possibilitar um breve contacto académico na Universidade do Botswana.

De forma transversal, estas três experiências revelaram um padrão: o acesso direto aos atores políticos e diplomáticos da África Austral permanece restritivo e, muitas vezes, marcado por uma indisponibilidade para dialogar com os investigadores. Essa mesma indisponibilidade não se verifica quando tais atores se dirigem a jornalistas de grandes meios de comunicação, nacionais ou internacionais, sugerindo um uso seletivo da informação como instrumento de visibilidade e propaganda. Por outro lado, o acesso a bibliotecas universitárias e a documentos de domínio público mostrou-se mais viável, embora insuficiente para suprir as lacunas deixadas pela dificuldade de aceder a fontes institucionais de maior sensibilidade. Apesar dos desafios, o trabalho de campo em Angola, na África do Sul e no Botswana foi determinante para a consolidação da investigação, não apenas pela recolha de dados, mas também pelos ensinamentos metodológicos que dele resultaram. A experiência, no entanto, demonstra as tensões entre acesso académico, documental e político na região, reforçando a importância dos *gatekeepers* e revelando as particularidades da gestão da informação, como rígida e restritiva, em contextos africanos marcados por um legado de conflito. **RI**

Data de receção: 2 de junho de 2025 | Data de aprovação: 29 de agosto de 2025

Vasco Alberto Quitela Suamo Investigador do IPRI-NOVA, é doutorando em Relações Internacionais, especialização em Estudos de Segurança e Estratégia na NOVA FSCH, e bolseiro do Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudo (INAGBE – Angola). A sua área de investigação centra-se nas dinâmicas de segurança na

África Austral, resolução de conflito e construção de paz na região dos Grandes Lagos, análise de política externa e política externa de Angola.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º D.¹⁰ 1000-155 Lisboa, Portugal | vascosuamo@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0000-6774-6024>.

NOTAS

1 Dentre outros exemplos que confirmam este pensamento, atualmente, o facto de a Vice-Presidência da República, a Presidência da Assembleia Nacional e o Ministério das Finanças serem ocupados por mulheres.

2 O leitor pode consultar o portal a que me refiro ao clicar no *link* para confrontar a informação que transmito acima. <https://angolahoje.ao/galeria-de-imagens/por-categoria/Arquivo+Nacional+de+Angola>.

BIBLIOGRAFIA

- Adedeji, M. (2023). Challenges and prospects of peace and conflict resolution in 21st century Africa. *Journal of Political Dis-course*, 1(4), 82-91. <http://jopd.com.ng/index.php/jopdz/article/view/70>
- Almeida, E. C., & Bernardino, L. M. (2016). *Uma reflexão estratégica sobre a segurança e defesa em Angola e a intervenção no contexto regional subsaariano*. Centro de Investigação Sol Nascente.
- Altonen, S., & Kivijärvi, A. (2019). Disrupting professional practices with research-driven intervention: Researcher-gatekeeper negotiations in the context of targeted youth services. *Qualitative Social Work*, 18(4), 621-637. <https://doi.org/10.1177/1473325017747961>
- Augusto, M. (2018). *Os conflitos em África e a experiência de Angola na sua resolução* (1.ª ed.). Guerra & Paz.
- Batsikama, P. (2016). A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação. *Revista Cantareira*, 25, 72-82.
- Bernardino, L. M. B. (2008). Políticas de segurança e defesa em África e para África: O papel das organizações regionais africanas. *Revista Militar*.
- Curimhenha, M. M. (2023). Investigação científica em Angola: Desafios e estratégias para a autonomia nacional. *Educação & Pesquisa*, 49. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252847>
- Francis, D. J. (2008). Introduction: Understanding the context of peace and conflict in Africa. In D. J. Francis (Ed.), *Peace and conflict in Africa* (pp. 3-15). Zed Books.
- Friedman, R., & Podolny, J. (1999). Differentiation of boundary-spanning roles: Labor negotiations and implications for role conflict. *Administrative Science Quarterly*, 44(1), 82-92. <https://doi.org/10.2307/2393532>
- Fujii, L. A. (2017). *Interviewing in social science research: A relational approach* (1.ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203756065>
- Garcia, F. P., & Pedro, L. T. (2020). Papel de Angola na geopolítica regional: O caso da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (2011-2017). *Revista Militar*, (10), 843-859.
- Goldenberg, M. (1997). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Record.
- Honwana, J. B. (15 de agosto de 2025). *Conflitos na RDC e Cabo Delgado: Solução está na política?* Deutsche Welle. <https://www.dw.com/pt-002/conflitos-na-rdc-e-cabo-delgado-solucao-esta-na-politica/a-72943397>
- Ibok, A. K., & Ogar, T. (2018). Traditional roles of African women in peace making and peace building: An evaluation. *An Interdisciplinary Journal of Human Theory and Praxis*, 1. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3408609>
- Jenkins, S. (2015). Assistants, guides, collaborators, friends: The concealed figures of conflict research. *Journal of Contemporary Ethnography*, 47(2), 143-170. <https://doi.org/10.1177/0891241615619993>
- Júnior, M. (2017). *A guerra na África Austral: Análise da estratégia total nacional da África do Sul, 1948-1994* (1.ª ed.). Mercado de Letras Editores.
- Paulo, L. (2015). *Impacto da mediação angolana para a paz no leste da República Democrática do Congo*. Mayamba.
- Pillay, A. (2006). *Gender, peace and peace-keeping: Lessons from Southern Africa*. Institute for Security Studies.
- Singh, S., & Wassenaar, D. (2016). Contextualizing the role of the gatekeeper in social science research. *South African Journal of Bioethics and Law*, 9(1), 42-46. <https://doi.org/10.7196/SAJBL.2016.v9i1.465>
- Themner, A. (2022). On brokers, biases and leaving the veranda: Working with research brokers in political science based field research. *Civil Wars*, 24(1), 117-139. <https://doi.org/10.1080/13698249.2022.2031648>
- Utas, M. (2019). Research brokers we use and abuse while researching civil wars and their aftermaths – Methodological concerns. *Civil Wars*, 21(2), 271-285. <https://doi.org/10.1080/13698249.2019.1654325>
- Weber, M. (1986). Objectivity in social science and social policy. In E. A. Shils & H. A. Finch (Eds.), *The methodology of the social sciences* (pp. 49-112). Free Press.